

**POLÍTICAS SOCIAIS, DEPENDÊNCIA E RACISMO ESTRUTURAL: DISPUTAS  
PELO FUNDO PÚBLICO E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

**SOCIAL POLICIES, DEPENDENCY, AND STRUCTURAL RACISM: DISPUTES  
OVER PUBLIC FUNDS AND THE REPRODUCTION OF INEQUALITIES IN  
CONTEMPORARY CAPITALISM**

**POLÍTICAS SOCIALES, DEPENDENCIA Y RACISMO ESTRUTURAL:  
DISPUTAS SOBRE FONDOS PÚBLICOS Y LA REPRODUCCIÓN DE LAS  
DESIGUALDADES EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**



10.56238/sevened2026.015-041

**Charlene Aparecida da Silva**

Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania  
Instituição: Universidade Federal de Viçosa  
E-mail: charleneapsilva@gmail.com

**Ricardo Augusto Paes Ribeiro**

Pós-graduação em Gestão Pública  
Instituição: Faculdade Focus  
E-mail: ricardo.a.ribeiro@ufv.br

**Elton Tadeu da Silveira**

Pós-graduação em Controladoria e Finanças  
Instituição: Universidade Federal de Viçosa  
E-mail: eltonsilveira@yahoo.com.br

**Vanda do Carmo Lucas dos Santos**

Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania  
Instituição: Universidade Federal de Viçosa  
E-mail: vlucas@ufv.br

**Joyce Santana Bernardo**

Mestre em Administração  
Instituição: Universidade Federal de Viçosa  
E-mail: joyce.bernardo@ufv.br

**Victor de Souza Silveira**

Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania  
Instituição: Universidade Federal de Viçosa  
E-mail: victordsss@gmail.com

## RESUMO

O artigo discute a relação entre políticas sociais, capitalismo dependente, financeirização e racismo estrutural no contexto brasileiro contemporâneo. Parte-se da compreensão de que as políticas sociais constituem conquistas históricas da classe trabalhadora, mas permanecem tensionadas pelas exigências da acumulação capitalista e pela disputa em torno do fundo público. A partir da teoria marxista da dependência, especialmente das contribuições de Ruy Mauro Marini, analisa-se a superexploração da força de trabalho como elemento estrutural das economias periféricas, impactando diretamente o financiamento e a universalização dos direitos sociais. O texto aborda ainda a financeirização e a captura do fundo público pelo capital financeiro, evidenciando os efeitos das políticas neoliberais e das contrarreformas sobre a seguridade social brasileira. Em paralelo, destaca-se o papel do racismo estrutural na formação das desigualdades sociais, ressaltando o protagonismo histórico da população negra na construção das primeiras formas de proteção social no Brasil, frequentemente invisibilizado pelas narrativas oficiais. O artigo também problematiza o familismo nas políticas sociais, demonstrando como a transferência de responsabilidades do Estado para as famílias, especialmente para as mulheres negras e pobres, aprofunda desigualdades de gênero, raça e classe. Por fim, enfatiza-se a importância das lutas sociais e dos movimentos populares na defesa da seguridade social e da universalização dos direitos, defendendo estratégias coletivas de enfrentamento ao neoliberalismo, ao racismo e à superexploração do trabalho.

**Palavras-chave:** Políticas Sociais. Capitalismo Dependente. Racismo Estrutural. Financeirização. Fundo Público. Superexploração do Trabalho.

## ABSTRACT

This article discusses the relationship between social policies, dependent capitalism, financialization, and structural racism in the contemporary Brazilian context. It starts from the understanding that social policies constitute historical achievements of the working class, but remain strained by the demands of capitalist accumulation and the dispute over public funds. Based on Marxist dependency theory, especially the contributions of Ruy Mauro Marini, the super-exploitation of labor is analyzed as a structural element of peripheral economies, directly impacting the financing and universalization of social rights. The text also addresses financialization and the capture of public funds by financial capital, highlighting the effects of neoliberal policies and counter-reforms on Brazilian social security. In parallel, the role of structural racism in the formation of social inequalities is highlighted, emphasizing the historical protagonism of the Black population in the construction of the first forms of social protection in Brazil, frequently made invisible by official narratives. The article also problematizes familism in social policies, demonstrating how the transfer of responsibilities from the State to families, especially to Black and poor women, deepens inequalities of gender, race, and class. Finally, it emphasizes the importance of social struggles and popular movements in defending social security and the universalization of rights, advocating collective strategies to confront neoliberalism, racism, and the super-exploitation of labor.

**Keywords:** Social Policies. Dependent Capitalism. Structural Racism. Financialization. Public Funds. Super-exploitation of Labor.

## RESUMEN

Este artículo analiza la relación entre políticas sociales, capitalismo dependiente, financiarización y racismo estructural en el contexto brasileño contemporáneo. Parte de la premisa de que las políticas sociales constituyen logros históricos de la clase trabajadora, pero se ven sometidas a la presión de las exigencias de la acumulación capitalista y la disputa por los fondos públicos. Con base en la teoría de la dependencia marxista, especialmente en las contribuciones de Ruy Mauro Marini, se analiza la superexplotación del trabajo como un elemento estructural de las economías periféricas, que impacta

directamente en la financiación y la universalización de los derechos sociales. El texto también aborda la financiarización y la apropiación de fondos públicos por parte del capital financiero, destacando los efectos de las políticas neoliberales y las contrarreformas en la seguridad social brasileña. Paralelamente, se subraya el papel del racismo estructural en la formación de desigualdades sociales, enfatizando el protagonismo histórico de la población negra en la construcción de las primeras formas de protección social en Brasil, frecuentemente invisibilizadas por los discursos oficiales. El artículo también problematiza el familismo en las políticas sociales, demostrando cómo la transferencia de responsabilidades del Estado a las familias, especialmente a las mujeres negras y pobres, profundiza las desigualdades de género, raza y clase. Finalmente, subraya la importancia de las luchas sociales y los movimientos populares en la defensa de la seguridad social y la universalización de los derechos, abogando por estrategias colectivas para enfrentar el neoliberalismo, el racismo y la superexplotación laboral.

**Palabras clave:** Políticas Sociales. Capitalismo Dependiente. Racismo Estructural. Financiarización. Fondos Públicos. Superexplotación Laboral.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas sociais configuram-se como instrumentos fundamentais de proteção social e mediação das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Entretanto, sua constituição histórica e seus limites não podem ser compreendidos de forma dissociada da dinâmica de acumulação do capital, especialmente nos países periféricos e dependentes da América Latina. No caso brasileiro, as políticas sociais emergem em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e econômicas, estruturadas historicamente pela escravidão, pela concentração de renda e pela inserção subordinada do país na economia mundial.

A Constituição Federal de 1988 representou importante marco na ampliação dos direitos sociais ao instituir a seguridade social baseada nos princípios da universalidade, solidariedade e responsabilidade estatal. Contudo, a efetivação desses direitos vem sendo tensionada por sucessivas contrarreformas neoliberais, pela financeirização do fundo público e pela permanência de estruturas racistas e conservadoras que restringem o acesso universal à proteção social.

Segundo Salvador e Ribeiro (2023), compreender as políticas sociais na América Latina exige analisar a relação entre dependência econômica, ciclo do capital e fundo público. Nesse sentido, as contribuições de Ruy Mauro Marini permitem compreender que, nas economias dependentes, a superexploração da força de trabalho constitui elemento estrutural da acumulação capitalista, limitando a capacidade de universalização das políticas sociais.

Além da dimensão econômica, o racismo estrutural ocupa posição central na formação das desigualdades brasileiras. Costa (2020) demonstra que trabalhadores negros foram protagonistas na origem da política social brasileira, especialmente nos setores ferroviário, marítimo e portuário entre os séculos XIX e XX. Entretanto, esse protagonismo foi historicamente invisibilizado pelas narrativas oficiais sobre a formação da seguridade social no país.

Ao mesmo tempo, a família passa a ocupar posição estratégica na provisão do bem-estar social, sobretudo diante da retração do Estado e do avanço do neoliberalismo. Mioto (2020) e Souza e Lima (2019) evidenciam que o familismo presente nas políticas sociais brasileiras transfere às famílias — especialmente às mulheres — responsabilidades relacionadas ao cuidado e à proteção social, aprofundando desigualdades de gênero e raça.

Dessa forma, este artigo busca discutir a relação entre capitalismo dependente, financeirização, racismo estrutural e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Parte-se da compreensão de que as políticas sociais são resultado das lutas da classe trabalhadora, mas permanecem permanentemente tensionadas pelas exigências da acumulação capitalista e pela disputa em torno do fundo público.

## 2 CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A teoria marxista da dependência oferece importantes contribuições para compreender as especificidades do capitalismo latino-americano. Conforme Salvador e Ribeiro (2023), os países dependentes apresentam inserção subordinada no sistema capitalista mundial, caracterizada pela transferência de valor para as economias centrais e pela dificuldade de consolidação de políticas universais de proteção social.

Nesse contexto, Ruy Mauro Marini desenvolve o conceito de superexploração da força de trabalho, elemento fundamental para compreender o funcionamento das economias dependentes. Segundo essa perspectiva, o capital busca compensar sua posição subordinada intensificando a exploração dos trabalhadores por meio de baixos salários, ampliação das jornadas de trabalho e intensificação do ritmo produtivo.

De acordo com Filho (2016), essa dinâmica repercute diretamente sobre o financiamento das políticas sociais. Nos países dependentes, prevalecem sistemas tributários regressivos, nos quais os trabalhadores arcam com a maior parte da carga tributária, enquanto os setores mais ricos se beneficiam de isenções fiscais e baixa tributação sobre patrimônio e lucros. Assim, os recursos destinados à proteção social tornam-se insuficientes para garantir políticas universais e de qualidade.

A desigualdade estrutural produzida pelo capitalismo dependente amplia as demandas sociais ao mesmo tempo em que restringe a capacidade estatal de resposta. Isso evidencia a contradição central das políticas sociais nas economias periféricas: embora necessárias para amenizar as expressões da questão social, permanecem subordinadas às exigências da acumulação capitalista.

Conforme Souza (2016), a luta pela ampliação do fundo público representa uma disputa permanente entre capital e trabalho. Enquanto a classe trabalhadora busca ampliar investimentos em direitos sociais, o capital pressiona pela redução dos gastos públicos e pela transferência de recursos para o setor financeiro. Nesse cenário, as políticas sociais tornam-se espaço privilegiado da luta de classes.

## 3 FINANCEIRIZAÇÃO E CAPTURA DO FUNDO PÚBLICO

A financeirização constitui um dos principais elementos explicativos das transformações contemporâneas do capitalismo. François Chesnais (2005) analisa a hegemonia do capital portador de juros, demonstrando como o capital financeiro passou a impor sua lógica sobre Estados, empresas e sociedades.

Segundo o autor, o capital portador de juros apresenta-se como “dinheiro que gera dinheiro”, ocultando as relações de exploração presentes na produção da riqueza social. Essa autonomização relativa do capital financeiro intensifica a especulação e amplia a transferência de recursos públicos para o pagamento da dívida e para mecanismos de valorização financeira.

No Brasil, a financeirização repercute diretamente sobre o fundo público e sobre a capacidade estatal de financiar políticas sociais. Salvador e Ribeiro (2023) demonstram que parcela significativa do orçamento público é direcionada para o pagamento de juros da dívida pública, limitando investimentos em saúde, educação, previdência e assistência social.

As políticas de austeridade fiscal aprofundam esse processo. Medidas como o teto de gastos e as reformas previdenciárias restringem a expansão das políticas sociais sob o argumento da responsabilidade fiscal. Entretanto, conforme Lage (2019), essas contrarreformas atendem prioritariamente aos interesses do capital financeiro e intensificam os processos de exclusão social.

Laura Tavares Soares (2020) afirma que o neoliberalismo representa um projeto político de classe que subordina os direitos sociais à lógica do mercado. Nesse contexto, políticas universais são substituídas por programas focalizados e seletivos, enquanto direitos passam a ser tratados como mercadorias acessíveis apenas àqueles que possuem capacidade de pagamento.

A mercantilização da seguridade social manifesta-se na expansão dos planos privados de saúde, da previdência complementar e das parcerias público-privadas. Ao mesmo tempo, observa-se a precarização dos serviços públicos e o aumento das desigualdades no acesso à proteção social.

#### **4 RACISMO ESTRUTURAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**

A formação das políticas sociais brasileiras está profundamente relacionada às desigualdades raciais produzidas historicamente pela escravidão e pelo racismo estrutural. Costa (2020) evidencia que trabalhadores negros tiveram papel central na organização da classe trabalhadora urbana e nas primeiras formas de proteção social no Brasil.

Nos setores ferroviário, marítimo e portuário, trabalhadores negros organizaram associações mutualistas, irmandades religiosas e sindicatos que funcionavam como mecanismos de solidariedade e proteção coletiva. Essas experiências afro-diaspóricas antecederam a institucionalização estatal das políticas sociais e demonstram que a população negra foi sujeito ativo na construção da proteção social brasileira.

Entretanto, a narrativa tradicional sobre a origem da seguridade social frequentemente invisibiliza esse protagonismo. O apagamento histórico da participação negra reforça perspectivas eurocêntricas que desconsideram as formas de resistência e organização construídas pela população negra.

Souza (2023) argumenta que racismo e superexploração da força de trabalho são processos indissociáveis no capitalismo dependente. O racismo atua como mecanismo de hierarquização social, legitimando formas diferenciadas de exploração do trabalho e restringindo o acesso da população negra aos direitos sociais.

Essa desigualdade manifesta-se nos indicadores de renda, escolaridade, acesso à saúde, moradia e mercado de trabalho. Mulheres negras ocupam posição ainda mais vulnerável, sendo frequentemente submetidas ao trabalho precário e à sobrecarga das atividades de cuidado.

Marcharet (2025) destaca que a crise contemporânea dos cuidados evidencia os limites da reprodução social no capitalismo neoliberal. A precarização das condições de vida e a redução da proteção estatal ampliam a responsabilização das famílias — especialmente das mulheres — pelo cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes.

## **5 FAMÍLIA, CONSERVADORISMO E PROTEÇÃO SOCIAL**

A relação entre família e políticas sociais ocupa posição central no debate contemporâneo sobre proteção social. Mioto (2020) destaca que, embora os arranjos familiares tenham se diversificado ao longo das últimas décadas, persiste a expectativa de que a família seja a principal responsável pelo bem-estar de seus membros.

No contexto neoliberal, essa perspectiva é reforçada pelo familismo, entendido como transferência de responsabilidades do Estado para as famílias. Segundo Souza e Lima (2019), as políticas sociais brasileiras frequentemente atribuem às famílias obrigações relacionadas à proteção social sem garantir condições materiais adequadas para seu exercício.

Essa lógica impacta especialmente as mulheres, historicamente responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidado. Mesmo com a inserção feminina no mercado de trabalho, permanece a divisão sexual do trabalho que associa às mulheres a responsabilidade pelo espaço privado e pela reprodução social.

Programas sociais focalizados reforçam essa dinâmica ao priorizarem mulheres como responsáveis pelo recebimento dos benefícios, como ocorre em políticas de transferência de renda. Embora tais programas possam ampliar a autonomia feminina em determinados aspectos, também reforçam a naturalização do cuidado como responsabilidade exclusivamente feminina.

Além disso, o familismo desconsidera as desigualdades existentes entre as próprias famílias. Questões relacionadas à renda, raça, território e composição familiar influenciam diretamente a capacidade de proteção social dos núcleos familiares. Assim, a centralidade atribuída à família frequentemente resulta em sobrecarga emocional, financeira e física, sobretudo para mulheres negras e pobres.

## **6 LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA**

Apesar das limitações estruturais impostas pelo capitalismo dependente, as políticas sociais constituem conquistas históricas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Direitos sociais não foram concessões espontâneas do Estado, mas resultado de intensas lutas coletivas.

Lage (2019) destaca que, diante das contrarreformas neoliberais, movimentos sindicais, feministas, negros e organizações populares desempenham papel fundamental na defesa dos direitos sociais e humanos. Essas mobilizações denunciam os impactos das políticas de austeridade e reivindicam a ampliação da proteção social.

As políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades, representam importantes mecanismos de enfrentamento das desigualdades históricas. Contudo, sua efetividade depende de políticas complementares de permanência estudantil, assistência social e apoio institucional.

Da mesma forma, a luta pela reforma agrária permanece vinculada ao enfrentamento da concentração fundiária e das desigualdades produzidas pelo pós-abolição. A exclusão da população negra do acesso à terra constituiu importante mecanismo de reprodução da pobreza e da dependência econômica.

Nesse sentido, a luta contra o racismo torna-se inseparável da luta contra o capitalismo dependente. Conforme Souza (2023), a racialização da força de trabalho é elemento central da superexploração e da reprodução das desigualdades sociais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais brasileiras configuram-se como espaço permanente de disputa entre capital e trabalho. Inseridas em uma economia dependente e financeirizada, enfrentam limites estruturais relacionados à superexploração da força de trabalho, à captura do fundo público pelo capital financeiro e à permanência do racismo estrutural.

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a efetivação dos direitos sociais exige compreender a relação entre dependência econômica, financeirização, desigualdade racial e luta de classes. As políticas sociais, embora fundamentais para a proteção da população trabalhadora, permanecem subordinadas às exigências da acumulação capitalista e constantemente ameaçadas pelas contrarreformas neoliberais.

Além disso, o protagonismo histórico da população negra na construção da proteção social brasileira demonstra a necessidade de incorporar a dimensão racial nas análises sobre políticas sociais. O racismo estrutural não constitui elemento secundário, mas parte constitutiva da formação social brasileira e da dinâmica do capitalismo dependente.

Por fim, a defesa da seguridade social e da universalização dos direitos exige fortalecer mecanismos de financiamento público, enfrentar a regressividade tributária e ampliar a participação social nas decisões políticas. Mais do que isso, requer a construção de estratégias coletivas de resistência capazes de enfrentar simultaneamente o neoliberalismo, o racismo e a superexploração do trabalho.

## REFERÊNCIAS

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 18, n. 46, 2020. Disponível em: Revista Em Pauta – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

FILHO, Rodrigo de Souza. Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 14, n. 37, 2016. DOI: 10.12957/rep.2016.25401. Disponível em: Revista Em Pauta – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

LAGE, Laís do Nascimento Vidal. Interesses capitalistas e desafios para a efetivação dos direitos sociais: ataques e regressões. Katálysis, v. 22, n. 1, p. 120-128, 2019. Disponível em: Katálysis – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

MARCHARET, F. F. Crise de cuidados e questão social: contribuições da Teoria da Reprodução Social. Serviço Social & Sociedade, v. 148, n. 3, p. e-6628456, 2025. Disponível em: SciELO – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In: FÁVERO, Eunice T. (Org.). Famílias na Cena Contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 25-38. Disponível em: Navegando Publicações – livro completo. Acesso em: 7 maio 2026.

SALVADOR, Evilasio; RIBEIRO, Isabela Ramos. Dependência, ciclo do capital e limites do fundo público no Brasil. Serviço Social & Sociedade, [online], v. 146, n. 3, e-6628339, 2023. Disponível em: Serviço Social & Sociedade – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

SOARES, Raí Vieira; BURGINSKI, Vanda Micheli. Estado e política social no capitalismo dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 39, p. 8-21, 2021. Disponível em: Revista Humanidades e Inovação – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. Argumentum, Vitória, ES, v. 8, n. 1, p. 48-60, 2016. Disponível em: Argumentum – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. Disponível em: SciELO – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.

SOUZA, Ilka de Lima; LIMA, Rita de Lourdes de. Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, p. 149-164, 2019. Disponível em: Em Pauta – artigo completo. Acesso em: 7 maio 2026.